

A COMPREENSÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA NO BRASIL DA REPÚBLICA VELHA ATÉ OS DIAS ATUAIS

FAVRETTO, Sandra Maria de Lima Neumann¹

RU: 75660

Professora orientadora: Lucília M.G.A. Bonfim

RESUMO

Atualmente o interesse dos pesquisadores e educadores da área de Filosofia tem aumentado significativamente em relação à demanda do descrédito dos cidadãos em discutir e participar da vida política. Percebe-se a nítida confusão instaurada e a perda de identidade da política. Este péssimo processo transforma a política em demagogia. Enfraquece o Estado e a população. Neste sentido, faz-se necessário analisar o conceito de política e história da política desde o seu surgimento até os dias atuais, observando as relações de poder nas fases do Brasil República Velha até os dias de hoje estabelecendo conexão com os desafios e com a permanência de oligarquias no poder, a redemocratização e a patrimonialização dos cargos eletivos e o enfraquecimento do debate político entre os cidadãos. Desta forma, proporciona-se uma oportunidade de estudo reflexão e debate sobre concepção e conceito de política nos espaços escolares, utilizando-se de fontes bibliográficas atualizadas e uma pesquisa de campo (com aplicação de questionário) acerca da temática. A pesquisa de campo foi realizada no Colégio Estadual Antonio de Castro Alves por meio da aplicação de questionário com alunos e professores do Ensino Médio nas diferentes disciplinas da área de humanas. Acredita-se que as mudanças acontecerão através da reforma política e da preparação do jovem, que ocupa os espaços escolares hodiernos.

Palavras-Chave: Política; Analfabeto Político; República Velha; Relações de Poder.

¹ Aluno do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso – 2º semestre 2017.

1. INTRODUÇÃO

O tema em foco decorre de questões levantadas ao longo da formação acadêmica do pesquisador na graduação em Filosofia e na observação dos momentos da história política brasileira, na atual situação política e nos desafios que se apresentam para a prática efetiva da democracia e cidadania.

Atualmente, o interesse dos pesquisadores e educadores da área de Filosofia, entre outras, tem aumentado significativamente, uma demanda do descrédito dos cidadãos em discutir e participar da vida política. Uma vez que no momento surgem questionamentos atuais sobre a prática política no Brasil e da necessidade de compreender o que é política.

O intuito desta pesquisa é analisar o conceito de política e história da política desde o seu surgimento até os dias atuais, observando as relações de poder nas fases do Brasil República Velha até os dias de hoje, estabelecendo conexão com os desafios e com a permanência de oligarquias no poder, a redemocratização e a patrimonialização dos cargos eletivos e o enfraquecimento do debate político entre os cidadãos. Colaborando para que professores das áreas de Filosofia, História, Sociologia e Geografia Humana possam refletir sobre suas práticas pedagógicas com o debate e o desenvolvimento de posturas reflexivas e cidadãs sobre o conceito de política como forma de superar os desafios apresentados em relação a essa temática.

Diante de tanta falta de ética, de escândalos, a descrença na política aumenta. Não nos sensibilizamos mais, não somos aguerridos e permanecemos estáticos, senão indiferentes. É preciso intensificar os questionamentos políticos, sociais e filosóficos sobre o individualismo e a necessidade do coletivo nos espaços acadêmicos.

É notória e evidente a crise política no Brasil, nos dias atuais. Notamos diariamente este cenário problemático ao acessarmos informações na grande mídia. É preciso então, diante dos fatos, buscarmos compreender o contexto histórico para podermos analisar os fatos presentes. Ela desacredita o povo, e a força inerente a esta grande massa da população de todos os níveis sociais, resulta de uma má administração.

Diante do exposto, faz-se necessário compreender melhor o que nos dá de direito o voto. Ele pode ser chamado de grande poder, devemos acreditar neste poder individual que cada um de nós temos em mãos e, assim, votar de forma consciente,

ou seja, saber que a minha escolha é o bom caminho, que é o melhor para todos, devendo funcionar como um veículo de comunicação de concessão do governo ou particulares.

Percebe-se nítida a confusão instaurada e a perda de identidade da política. Este péssimo processo transforma a política em demagogia. Enfraquece o Estado e a população. Com isso, passamos a achar que a solução está na volta daquilo que, aparentemente, foi “menos” pior.

Para entender toda a crise em evidência, precisa-se compreender os conceitos de política surgidos desde a Grécia até as sociedades contemporâneas, apresentando alguns eventos importantes da história política, desde o seu surgimento até o presente. Daí a importância da análise histórica política do Brasil Colônia até o momento presente, enfatizando as fases da República Velha, Ditadura Militar de 1964 e a atual crise ética e econômica, para a reflexão sobre a redemocratização e a emancipação política dos indivíduos. Proporcionar, desta forma, uma reflexão e o debate sobre concepção e conceito de política nos espaços escolares.

Para tanto, o questionário aplicado a alunos e professores do Ensino Médio questionava sobre o que é POLÍTICA? O Político analfabeto. Que causas podem estar associadas à corrupção e a ineficácia política na administração pública no Brasil? Por que a maioria dos brasileiros não gosta de discutir sobre política? O que poderia provocar mudanças na prática política no Brasil? Como analisar a representação e a participação política no Brasil?

2. CONHECENDO A HISTÓRIA DA POLÍTICA

O termo “política” vem de *polis*, “cidade”. A cidade era, para os gregos, um espaço seguro, ordenado e manso, onde os homens podiam se dedicar à busca da felicidade. O político seria aquele que cuidaria desse espaço. A vocação política, assim estaria a serviço da felicidade dos moradores da cidade (ALVES, 2002). Mas, o que aconteceu com esse ideal que se perdeu no decorrer do tempo que, para muitos, se tornou um espaço de corrupção e opressão? Segundo citação de Rubem Alves, na obra *Conversas sobre política*, “a política, dentre todas as vocações é a mais nobre. A política dentre todas as profissões é a mais vil” (ALVES, 2002, p.9)

Diante do cenário atual de descrença e desafeto pelo debate sobre política pode-se perceber que é preciso e necessário a alfabetização política dos cidadãos

pois a despolitização tornou-se um obstáculo, um entrave para a compreensão, a superação e o avanço desta práxis, e a filosofia buscava esclarecer os significados e o alcance do conceito e da atividade políticas.

Em leituras feitas sobre Sócrates pode-se perceber que para ele um filósofo poderia ser um perfeito governante e criticava duramente a democracia aristocrática que era praticada na Atenas, em sua época. Achava que todos deviam servir a pátria conforme suas atitudes, por vezes egoístas, ou capazes de escravizar o próximo.

Sua atitude de fazer pensar o cidadão ateniense provocou o descontentamento da aristocracia o que o levou a condenação e a morte por cicuta. O distanciamento dele em participar da vida política reflete alguns dos comportamentos de hoje. Assim como não aprofundar debates sobre o tema interessa a classe dominante que quer permanecer no poder e perpetuar seus privilégios. Discutir e construir uma concepção filosófica de política e desvelar nossa falta de consciência é o que filósofos como Platão, Aristóteles, Maquiavel, Rousseau, Marx, entre outros se propuseram a realizar.

Platão conheceu as ideias de Sócrates e o seguiu como discípulo até a morte, quando ficou extremamente desencantado com a democracia e a política ateniense, o que levou a sair da cidade em viagem. Mas, ao contrário de Sócrates, suas viagens e vivências amadureceram ainda mais seu pensamento filosófico. Mesmo derrotado na tentativa de promover uma reforma política em Siracusa, deu continuidade à escrita de suas obras entre elas A República.

“O mito da caverna” é um dos textos mais conhecidos de Platão e está inserido no volume VII da obra A República. O conteúdo desse texto tem fundo político, pois sua interpretação remete à função do filósofo e sua luta contra o senso comum, ou seja, contra as respostas prontas, sem conteúdo epistemológico (VASCONCELOS, 2010, p.58-59).

Virtude, eis uma palavra que provoca incômodos no cenário político. No entanto, do ponto de vista da filosofia política, é certamente um convite para refletirmos sobre a dimensão das relações humanas no âmbito político-filosófico (ALMEIDA, 2015, p.37). Precisamos estar aptos para discutir e participar da vida política.

Discutir o papel social e coletivo dos indivíduos foi uma preocupação tão forte em Aristóteles que chegou a definir o homem como um "*zoon politikon*", um "animal político".

É evidente que a cidade faz parte das coisas naturais, e que o homem é por natureza um animal político. E aquele que por natureza, e não simplesmente por acidente, se encontra fora da cidade ou é um ser degradado ou um ser acima dos homens (...). Aquele que é naturalmente um marginal ama a guerra e pode ser comparado a uma peça fora do jogo. Daí a evidencia de que o homem é um animal político mais ainda que as abelhas ou que qualquer outro animal gregário. Como dizemos frequentemente, a natureza não faz nada em vão; ora, o homem é o único entre os animais a ter linguagem [logos]. (...). Mas, a linguagem tem como objetivo a manifestação do vantajoso e do desvantajoso, e, portanto, do justo e do injusto, bem como de outras noções deste tipo. É a associação dos que têm em comum essas noções que constitui a família e o Estado. (MARCONDES, 2007, p.57).

Com o advento do Renascimento entre os filósofos renascentistas destaca-se também a produção de Nicolau Maquiavel. Sua obra “O príncipe”, é bastante discutida ainda hoje, pois nela escreve como um governante deveria governar como deveria ser a sua relação com a nobreza, o clero e o povo, de como deveria desfrutar de seus poderes: “os fins justificam os meios”.

Quem quiser praticar a bondade em tudo o que faz está condenado a penar, entre tantos que não são bons. É necessário, portanto, que o príncipe que deseja manter-se aprenda a agir sem bondade, faculdade que usará ou não, em cada caso, conforme seja necessário. [...]

Pode-se observar que todos os homens – especialmente os soberanos, colocados em posição mais elevada – têm a reputação de certas qualidades que lhe valem elogios ou vitupérios (palavra ou atitude ofensiva). Assim, alguns são tidos como liberais, outros por miseráveis [...]; um é considerado generoso; o outro, ávido; um cruel; o outro, misericordioso; um, efeminado e pusilânime (covarde); e outro bravo e corajoso; [...] e assim por diante.

Naturalmente, seria muito louvável que um príncipe possuísse todas as boas qualidades acima mencionadas, mas como isso não é possível, pois as condições humanas não o permitem, é necessário que tenha a prudência necessária para evitar o escândalo provocado pelos vícios que poderiam fazê-lo perder seus domínios, evitando os outros, se for possível; se não for, poderá praticá-los com menores escrúpulos. Contudo não deverá preocupar-se com a prática escandalosa daqueles vícios sem os quais é difícil salvar o Estado; isto porque, se refletir bem, será fácil perceber que certas qualidades que parecem virtudes levam à ruína, e outras, que parecem vícios, traz como resultado o aumento da segurança e do bem-estar. (MAQUIAVEL. *Apud* ARANHA, 1993).

A obra “O príncipe” é considerada uma ruptura entre o realismo e o idealismo na Filosofia política, pois, antes de Maquiavel, filosofava-se sobre o governo ideal ou a organização política ideal. Contudo, após essa obra, os filósofos começaram a escrever a respeito de como a política era realmente praticada (VASCONCELOS, 2010, p. 117).

A obra O Contrato Social (ou Princípios do Direito Político) de Jean-Jacques Rousseau inaugura uma nova visão de política, pois marcou época e influenciou o

pensamento político dos séculos seguintes inclusive sendo venerado no período da Revolução Francesa (1789). Contrário à Maquiavel, defendia a ideia de que o rei deveria governar de acordo com a vontade do povo, deveria pensar no bem comum e tratar a todos com igualdade.

A primeira e mais importante consequência dos princípios há pouco estabelecidos é que somente a vontade geral pode dirigir as forças do Estado segundo o fim de sua instituição, que é o bem comum, pois, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi à conciliação desses mesmos interesses que a tornou possível. É o que há de comum nesses diferentes interesses que forma o laço social. Se não houvesse algum ponto em torno do qual todos os interesses confluem, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, é unicamente em vista desse interesse comum que a sociedade deve ser governada (ROUSSEAU, 2008, p.42.)

Karl Marx foi um dos pensadores que melhor descreveu as relações de poder e política numa ótica atual e contemporânea, interpretando o capitalismo como condutor de uma nova realidade. Segundo o sociólogo Emir Sader, ao analisar *Estado e política em Marx*, escrito nos densos anos 1960 como sua dissertação de mestrado em Filosofia, e publicada pela Boitempo, num relato histórico, que passa pelas formações sociais pré-capitalistas até o capitalismo, esse é o que é nos tempos modernos porque se difere dos sistemas anteriores e se perpetua no poder, devido as três relações chaves de sua existência: a política, a economia e o Estado. Sader também afirma que “Estado e política em Marx se mantém atual por relacionar a crise da política como forma emancipadora dos homens à crise da teoria política como reflexão sobre os fundamentos das relações de poder na sociedade. Sader toma pela raiz os temas que estruturam a política como prática social, recuperando a riqueza que ela desfrutou nos clássicos do pensamento moderno – em Marx, em primeiro lugar –, condição para reinventar a própria política e, com ela, a democracia e o socialismo”.

Ao analisar as concepções e conceitos de política e confrontá-los não se pretende reduzir a um único conceito, mas percebê-los como um processo histórico dinâmico que acompanha o desenrolar dos fatos sociais e a evolução da humanidade, que estes são importantíssimos para a prática da democracia e transformação da realidade.

Mas, para que nos serve compreender e conceituar política? Se definirmos primeiramente Filosofia política esse se torna um caminho mais seguro e transitável.

E eis como o filósofo e historiador do pensamento político contemporâneo, Norberto Bobbio, definiu a Filosofia Política:

1. *Filosofia política como determinação do Estado perfeito*: quando a filosofia busca construir modelos ideais de Estado ou convivência política fundamentada em valores;
2. *Filosofia política como determinação da categoria “política”*: quando a filosofia busca esclarecer os significados e o alcance do conceito e da atividade política;
3. *Filosofia política como procura do critério de legitimidade do poder*: quando a filosofia procura responder à questão dos fundamentos da necessidade da obediência ao poder político;
4. *Filosofia política como metodologia da ciência política*: quando a filosofia busca esclarecer os pressupostos epistemológicos que torna possível a Ciência Política.

A generalização pode levar a erros e equívocos, mas como avaliar e o que pensar do desabafo de colegas professores e alunos, que durante as discussões sobre política esboçam uma concepção deturpada e um conceito equivocado a respeito da mesma? Eles não veem transparências nos rostos políticos, afirmam que são todos iguais, ou seja, corruptos.

Marilena Chauí e Boaventura de Sousa Santos, autores brasileiros, que escreveram sobre a participação política no Brasil e democracia, apontaram obstáculos e desafios para a efetivação das mesmas, como as desigualdades sociais, diversidade cultural, imposições econômicas e militares dos países dominantes, participação democrática dos cidadãos. Que para haver democracia em um país é necessário preencher alguns critérios, entre eles a proteção e garantia das liberdades civis e dos direitos políticos mediante instituições sólidas. Mas existem instituições sólidas no Brasil?

Ou ainda, as ideias concebidas por Benjamin Constant (1787-1874) de que trabalhadores, na condição de ignorantes, não tinham direito ao voto; ou Immanuel Kant (1724-1804), em que o dependente, o criado e o operário não podiam ser membros do Estado e não estavam qualificados para ser cidadãos; ou ainda de Edmund Burke (1729-1797), de que somente a elite tinha o grau de racionalidade e de capacidade analítica necessária para compreender o que convinha ao bem comum; e, portanto, política é espaço de debate, pertencimento e dominação da elite?

Essas ideias ainda estão presentes em nossa sociedade e, por isso, não há avanços na relação representação políticos e participação?

Nos cinco séculos contados a partir da chegada dos europeus, o campo político brasileiro não foi favorável à consolidação de uma democracia participativa. A participação popular na política foi limitada pelo sistema patriarcal, racista e “coronelista” prevalecente, cujas marcas ainda são sentidas, principalmente, no interior do país. A exclusão de grande parte da população brasileira da participação política deve ser creditada, assim, ao processo histórico de dominação de uma minoria sobre uma maioria.

Segundo Ludimila Coelho Loiola (2008) no seu artigo *Ética e política brasileira*, o processo político brasileiro nunca se preocupou na prática com princípios éticos em relação a formação da população brasileira e o seu envolvimento na construção de um projeto de nação, pois nos eventos mais significativos de nossa história o povo foi marginalizado. Sempre estivemos a mercê de interesses de uma elite que usou do discurso heróico de que somos todos iguais e importantes para promover uma tão sonhada mudança que nunca aconteceu: a vinda da família real traria progresso e mudança, mas nem mesmo esta veio para o Brasil por livre e espontânea vontade, e quando fez algumas transformações foi de acordo com seus interesses egoístas e dar “civilidade” a colônia; uma independência declarada e negociada à revelia do povo brasileiro, uma república de mentira, em que o povo assistiu a sua proclamação pensando ser um desfile do Exército brasileiro.

Diante de tanta falta de ética, de escândalos, a descrença na política aumenta. Não nos sensibilizamos mais, não somos aguerridos e permanecemos estáticos senão indiferentes. É preciso intensificar os questionamentos políticos, sociais e filosóficos sobre o individualismo e a necessidade do coletivo nos espaços acadêmicos.

Na democracia, liberdade e igualdade são indissolivelmente ligadas. O povo é composto por indivíduos livres, que dispõem de um direito legal no exercício de um poder que delegam a representantes eleitos. Todavia, a ideia de igualdade vai muito além do direito de voto. Ela abrange diversos outros campos, notadamente no domínio social (KOURILSKY, 2012, p. 126). As cortinas da mudança se abrirão e novas perspectivas e alternativas serão possíveis se existirem forças sociais e políticas nelas empenhadas.

2.2 METODOLOGIA

Este artigo tem como base um estudo de natureza bibliográfica e uma pesquisa de campo (aplicação de questionário) acerca da temática “a compreensão conceitual e histórica da política, o debate e a relação poder e política no Brasil da República Velha até os dias atuais, que visam alcançar os objetivos propostos. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da leitura sistemática e produção de fichamentos, a partir livros, artigos e fontes eletrônicas que abordam o tema proposto.

A pesquisa de campo aplicada foi com intuito de extrair dados e informações da realidade para poder responder ao problema abordado.

Segundo Barros e Lehfeld (2000, p.71), por meio de pesquisas descritivas, procura-se descobrir com que frequência um fenômeno ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações e conexões com outros fenômenos.

Neste sentido a pesquisa aplicada através de questionário é uma coleta de opinião que procura descobrir as atitudes, pontos de vista e preferências das pessoas, a respeito de algum tema, com o objetivo de tomar decisões, identificar falhas ou erros, descrever procedimentos, descobrir tendências, reconhecer interesses e outros comportamentos.

A consulta foi realizada no Colégio Estadual Antonio de Castro Alves Ensino Fundamental e Médio com aplicação de questionário, a professores de diferentes disciplinas da área humana e alunos dos 3ºs anos A e B do Ensino Médio período da manhã, totalizando cerca de 60 alunos. Os sujeitos da pesquisa responderam ao questionário com questões descritivas em horário de aula. Os alunos tiveram cerca de 30 minutos para responderem as questões em suas salas de aula.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A partir da análise feita pelos professores sobre o que é política, percebe-se que a maioria tem conhecimento ou conceito sobre a política. Principalmente quando afirma que a política é um ato de bem conduzir a coisa pública, ou arte ou governança de um Estado ou nação. Conjunto de normas e regras estabelecidas ou constituídas aos governantes visando legislar em favor de todos. Um sistema organizacional que estabelece prioridades a serem executadas visando as necessidades de todos em especial aos mais fragilizados.

Para os alunos alguns confirmam ser algo muito vago, confuso, com certa dificuldade para explicar. Porém para outros a política tem a ver com a escolha de governantes por partido político, organização, municipal, estadual ou nacional para efetivar ações voltadas a população. É a capacidade de bem governar e representar o povo em suas necessidades. É quando as pessoas se reúnem para discutir assuntos do bem comum. Atividades coletivas, resolução de conflitos e ideias. Arte de governar e fazer escolhas. Outros afirmam a política ser uma democracia onde todos têm direitos e valores iguais. É fazer o melhor para todos. Muitos se candidatam a vida política, se elegendo e logo se aliam a corrupção já existente vinda desde o Brasil império. Para muitos alunos a política hoje poderia ser mais bem definida como arte de compra de votos de consciência.

Pode-se perceber um misto de ideias confusas em algumas respostas dadas, pelos alunos há uma visão acentuada sobre o termo, porém, eles não a percebem enquanto teoria/prática dos conteúdos escolares, trabalhados no chão da escola.

O termo política é atividade social dos homens que viviam nas polis cidade/estado. Fazendo referência a Platão e Aristóteles filósofos gregos, que deram grande contribuição para o mundo ocidental com suas ideias sobre a política.

Ao questionamento feito sobre o analfabeto político apresentado por Brecht, os professores concordam com a afirmação que é essencial avaliar a escolha dos candidatos, evitando aqueles com interesses individualistas. O analfabeto político é aquele que se cala, concorda com tudo e consente. O analfabeto político atribui ao outro o direito de dirigir e conduzir, sua própria vida, legislando em causa própria, favorecendo grupos de interesses.

Analfabeto político apresentado pelos alunos representa a maioria da população brasileira, por isso estamos na situação vivida hoje. E a falta de informação, cultura na hora de fazer as escolhas, resulta naquele que nem percebe de que forma está sendo roubado ou lesado. O analfabeto político acredita que sua opinião nunca tem valor. É pela ignorância do povo que se cria um país de rouba-lheiras como o nosso. Povo com pouca visão sobre direitos e condições de vida iguais para todos, conforme Constituição Brasileira. Para Ramos (2012):

“Alienar-se”, isto é, tentar permanecer alheio aos próprios interesses é dar oportunidade para que outros indivíduos interessados exerçam domínio sobre o corpo político que domina o próprio “alienado”. Seja de maneira

passiva ou ativa, todos estão submetidos ao poder político, de modo que a “indiferença” à política só pode ser formal (ou seja, “no pensamento”), embora isso signifique o risco de ser dominado e ter o próprio interesse contrariado. Na verdade, as relações de poder estão sendo praticadas. Cabe a você participar ativa ou passivamente do poder político.

Enquanto sociedade brasileira como nos organizamos politicamente?

No questionamento feito sobre as causas associadas à corrupção na política pública do país nos dias atuais, professores se referenciaram as leis arcaicas e brandas, as trocas de favores. Cargos públicos ocupados por pessoas sem princípios éticos e sem caráter, ou mesmo analfabetos políticos oportunistas. Grande falta de organização de classes trabalhadoras. Interesses pessoais e não coletivos.

Para os alunos, apesar de alguns não saberem opinar, ou com respostas vagas, foram apontadas várias causas, como: falta de fiscalização e participação do povo para com quem elege. Responsabilidade e compromisso dos governantes com o povo. Descompromisso com as leis. História da corrupção que já vem desde o Brasil Império. A venda do voto que descompromete ações governamentais em favor do povo. Falta de interesse do povo em se informar sobre a gestão pública, por isso não há reações. Povo que vota em ladrão também se corrompe.

Reafirmando Caldas (2014), este desafio implica “Tomar a miséria, a fome, a violência, a discriminação, o tráfico a morte, a poluição, a doença, não como temas retóricos”, mas, na sua existência real e corpórea, associado às lutas pela democratização da sociedade e superação das desigualdades sociais e para ser trilhado de forma historicamente coletiva, deve articular ações intencionais e transformadoras.

Quando os professores foram questionados sobre o porquê dos brasileiros não gostarem de discutir política, foram unânimes em dizer que, devido ao cenário estampado hoje nos meios de comunicação social levando o povo ao descrédito com a política pública. Muito disso devido a ignorância e falta de conhecimento sobre moral e ética. Falta de leis justas e dignas para todos e de cumprirem com as que já existem. Muita manipulação, favorecimento e compra de voto.

Os alunos responderam: por ignorância, ingenuidade, falta de interesse. Muitos afirmaram que a política é muito complicada, é coisa séria, muita confusão entre política e politicagem. O povo está decepcionado, pois, segundo os alunos, além do assunto ser sério e chato na maioria das vezes, nem o eleitor conhece em quem votou e qual seu plano de governo ou se lembra disso. Falta aceitação da opinião pública.

Medos dos conflitos e ideias. Falta ideologia partidária. Devido a tudo isso, o povo pensa ser normal e nada faz para ajudar a mudar. Ou porque já cansou de participar sem ver retorno. O povo pensa que a política é coisa de políticos e não da sociedade.

Para Ramos (2012):

É evidente o descrédito da população brasileira em relação aos erros cometidos no passado pelos políticos e seus respectivos partidos, mas que, infelizmente ainda continuam a recheiar os noticiários da televisão, com histórias de desvios de recursos públicos e de condutas reprováveis de muitos gestores públicos, fatos que revoltam e enojam os telespectadores. Isso alimenta e aprofunda o processo de alienação política das pessoas.

Os professores, quando provocados sobre quais mudanças deveriam ocorrer na política do Brasil e como veem a participação política hoje, responderam, só com uma reforma política urgente e formação política dos jovens nas escolas. Com mudanças de postura e resgate de valores éticos e morais. Pena de morte para políticos que roubam ou traem a Pátria. Falta representação do povo nas políticas públicas. Poder absoluto de quem detém o poder em detrimento dos submissos. Voto inconsciente da maioria. Pouca reação da sociedade diante dos absurdos políticos que vêm acontecendo, e que parece uma peça teatral normal aos olhos da população brasileira. E ainda, pouco compromisso com a classe trabalhadora.

Quanto aos alunos, alguns não acreditam em mudanças, outros que há falta de atitude da população. Consciência dos eleitos na hora do voto. Falta de leis justas e severas com aqueles que infringem a lei. Colocar no poder pessoas preparadas e compromissadas com a coisa pública. Reforma política urgente. União e força do povo. Retirar da política raposas velhas. Diminuição de impostos pela classe trabalhadora. Corte dos benefícios dos políticos. Devolução do dinheiro público roubado ou desviado. Voto consciente e exclusão do voto comprado. Plano de governo passado pelo crivo do povo. Trocar políticos a cada quatro anos (executivo e legislativo) sem direito à reeleição. Para os alunos a participação na política hoje é péssima e precisa ser mudada urgentemente. Vivemos num país autossustentável e endividado por corrupção dos políticos eleitos pelo povo. Há pouca participação e fiscalização pela sociedade, sem contar com Senadores e Deputados eleitos para fiscalizar ações do governo e desvio do dinheiro público. Para os governantes eleitos o povo só tem valor diante de uma urna eleitoral.

Diante de tantos desafios postos pelos alunos e professores, percebe-se que votar não resolve os verdadeiros problemas da população. Pois entra governo, sai

governo e a situação permanece igual. Nas eleições, os políticos prometem soluções para os problemas e pedem votos, mas quando são eleitos esquecem-se daqueles que o elegeram. Os governantes dizem que são ações para o nosso “bem” e que é o “melhor para a gente”. Mas como sabem da necessidade do povo sem consultá-los?

Para Chaia:

Numa democracia representativa o poder conferido à autoridade para agir em nome de alguém se dá por meio de eleições, ou seja, o mecanismo eleitoral é compreendido como uma forma de autorizar uma ação. Nesse sentido, tal mecanismo de renovação se realiza em períodos determinados, o que significa que a autoridade tem o seu reconhecimento limitado a um período. (CHAIA, 1989, p.01)

Caldas, referenciando Giroux (1983, p.146), cita a escola e a universidade como espaço a ser interpretado não totalmente controlado pelo capital, nem tão pouco, como o terreno de plena realização, mas como lugar contraditório da reprodução e contestação, e “os oprimidos não são vistos como sendo simplesmente passivos diante da dominação” (CALDAS, 2014, p. 308).

O conceito de emancipação política remete à independência política de um país, estado ou região. O país ou estado que se emancipa, adquire autonomia no âmbito político.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as respostas de colegas professores e de alunos dos 3º anos a partir de questionamentos sobre o que é política, que causas podem estar associadas a corrupção e a ineficácia política na administração pública no Brasil, o porquê de a maioria dos brasileiros não gostam de discutir sobre política, o que poderia provocar mudanças na prática política no Brasil e como analisam a representação e a participação política no Brasil, pode-se constatar que há resistências em discutir sobre o tema, há total descrença na democracia e nos políticos, ocorrem equívocos conceituais e desconhecimento de processos e fatos históricos. Alguns dos alunos inclusive tiveram grande dificuldade de responder o questionário e outros que declararam abertamente que escrever ou falar sobre política lhes causa “nojo”.

Concluo que minha preocupação em promover reflexões sobre política e a conscientização dos cidadãos em relação a representação e participação política merece atenção e destaque. Se o caminho para a construção de uma sociedade livre e emancipadora perpassa pela educação, então, que a educação promova formação

política verdadeiramente, construa e consolide espaços de diálogo e envolvimento, forme cidadãos politizados.

Analisando os projetos educacionais desenvolvidos no Brasil, estes sempre foram direcionados por uma elite que deseja manter os indivíduos sobre controle ideológico, para atender seus interesses econômicos e políticos. Se há nesse momento a autonomia de discutir esse assunto e publicar para alguém ler, é porque este espaço foi arduamente conquistado, mas que ainda necessita de ampliação, pois a despolitização tornou-se um obstáculo, um entrave para a compreensão, a superação e o avanço desta práxis, e a filosofia buscava esclarecer os significados e o alcance do conceito e da atividade política.

O tema pesquisado decorre de questões levantadas ao longo da formação acadêmica do pesquisador na graduação em Filosofia e na observação dos momentos da história política brasileira, na atual situação política e nos desafios que se apresentam para a prática efetiva da democracia e cidadania. Neste momento surgem questionamentos sobre a prática política no Brasil e na necessidade de compreender o que é política.

Rubem Alves é enfático na sua obra “Conversas sobre política”, ao afirmar que “a política, dentre todas as vocações é a mais nobre. A política dentre todas as profissões é a mais vil”. Expressa o sentimento do povo diante do cenário atual de descrença e desafeto pelo debate sobre política e, assim, pode-se perceber que é preciso e necessário a alfabetização política dos cidadãos pois a despolitização tornou-se um obstáculo, um entrave para a compreensão, a superação e o avanço desta práxis, e a filosofia buscava esclarecer os significados e o alcance do conceito e da atividade políticas.

Ao analisar as concepções e conceitos de política e confrontá-los não se pretende reduzir a um único conceito, mas, percebê-los como um processo histórico dinâmico que acompanha o desenrolar dos fatos sociais e a evolução da humanidade, que estes são importantíssimos para a prática da democracia e transformação da realidade. A generalização pode levar a erros e equívocos, mas como avaliar e o que pensar do desabafo de colegas professores e alunos, que durante as discussões sobre política esboçam uma concepção deturpada e um conceito equivocado a respeito da mesma?

Há falta de transparências nos rostos políticos, afirmam que são todos iguais, ou seja, corruptos. Os políticos precisam usar seus discursos políticos aliados a uma

prática social coerente, atendendo ao povo e não a seus financiadores de campanha e que aconteça reforma política com urgência, com amplo debate e a participação do povo.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antonio Charles Santiago. **Filosofia política**. Curitiba: Intersaberes, 2015. (Série Estudos de Filosofia).

ALVES, Rubem. **Conversas sobre política**. Campinas, São Paulo: Verus, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2007.

BRAGA, O. **A política segundo Platão, Maquiavel, Rousseau, e a democracia direta**. Disponível em [www: http:// espectivas.wordpress.com /2011/05/13/a-politica-segundo-platao-maquiavel-rousseau-e-a-democracia-directa](http://espectivas.wordpress.com/2011/05/13/a-politica-segundo-platao-maquiavel-rousseau-e-a-democracia-directa). Acesso em 07 ago. 2016.

CALDAS, Andréa. **Educação e Exclusão Social: Desafios e Possibilidades de Superação**. Em sociedade capitalista, educação. Org.: Orso, Gonçalves, Luz Anjos. 1ª ed. Editora: Outras Expressões, São Paulo, 2014.

CHAIA, Vera Lucia M. Reformas do sistema partidário e o poder central no Brasil, em Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo: Fundação SEADE, vol.3, no. 01 – jan/mar/1989.

CORDEIRO, G. do R. MOLINA, N. L.; DIAS, V. F. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos**. 2ª Ed. Curitiba: Inter Saberes, 2014.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOURILSKY, Philippe. **O manifesto do altruísmo: questionamentos políticos, sociais e filosóficos sobre o individualismo e a necessidade do coletivo**. Tradução de Luana Pagin. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **FUNDAMENTO DE METODOLOGIA CIENTIFICA**. 3ª ed. Editora: Makron, São Paulo, 2007.

LOIOLA, Ludimila C. **Ética e política brasileira**. Publicado 5/05/2008 em <http://www.webartigos.com>. Local original do artigo. Disponível em [http: www. //sites.google.com/site/filosofiapopular/home/politica-e-etiferencia](http://www.sites.google.com/site/filosofiapopular/home/politica-e-etiferencia). Acesso em 07 ago. 2016

LOWY, Michael. **Marxismo, modernidade e utopia**/ Michael Lowy e Daniel Bensaid; Tradução Alessandra Ceregatti, Elisabete Burigo e João Machado. – São Paulo: Xamã, 2000.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Nova Cultural, 1978. (Coleção os Pensadores).

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgesntein**. – 5.ed. revista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

PLATAO. **A República**. São Paulo: Nova Cultural, 1978. (Coleção os Pensadores).

RAMOS, Claudio. **A ALIENAÇÃO POLÍTICA DO BRASILEIRO**. Cientista Político, Farol Político, 29 setembro 2012. Visitado em 20/8/2017.

____. **A visão correta e ampliada da Política**. Cientista Político, Farol Político, 29 setembro 2012. Visitado em 20/8/2017.

ROUSSEAU, J.J. **O contrato social**. Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Ed. Escala, 2008. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal -13).

SADER, Emir. **Estado e política em Marx**. Disponível em: < [http: // www. boitempoeditorial.com.br/v3/titles/view/estado-e-politica-em-marx](http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/titles/view/estado-e-politica-em-marx). Acesso em 07 ago. 2016.

SARAIVA, Rodrigo P.Costa. **Política: uma análise crítica do conceito de política na visão de Aristóteles**. Disponível em [http: www. oabma.org.br/oab-ma-agora/artigo/politica-uma-analise-critica-do-conceito-de-politica-na-visao-de-aristoteles](http://www.oabma.org.br/oab-ma-agora/artigo/politica-uma-analise-critica-do-conceito-de-politica-na-visao-de-aristoteles). Acesso em 07 ago. 2016.

SILVA, S. P.; GREZZANA, J. F. **A pesquisa como princípio educativo**. Curitiba: Editora InterSaberes, 2012.

WOLFGANG, Leo Maar. Resumo do livro "**O que é política**". Em Artigos Governo e Política, 10/04/2016, em [http://www.webartigos.com/artigos/resumodo-livro039039oqueepolitica039039/29766/ ¼](http://www.webartigos.com/artigos/resumodo-livro039039oqueepolitica039039/29766/14)

VASCONCELOS, Ana. **Manual compacto de filosofia**. - 1. ed.- São Paulo: Rideel, 2010.